

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

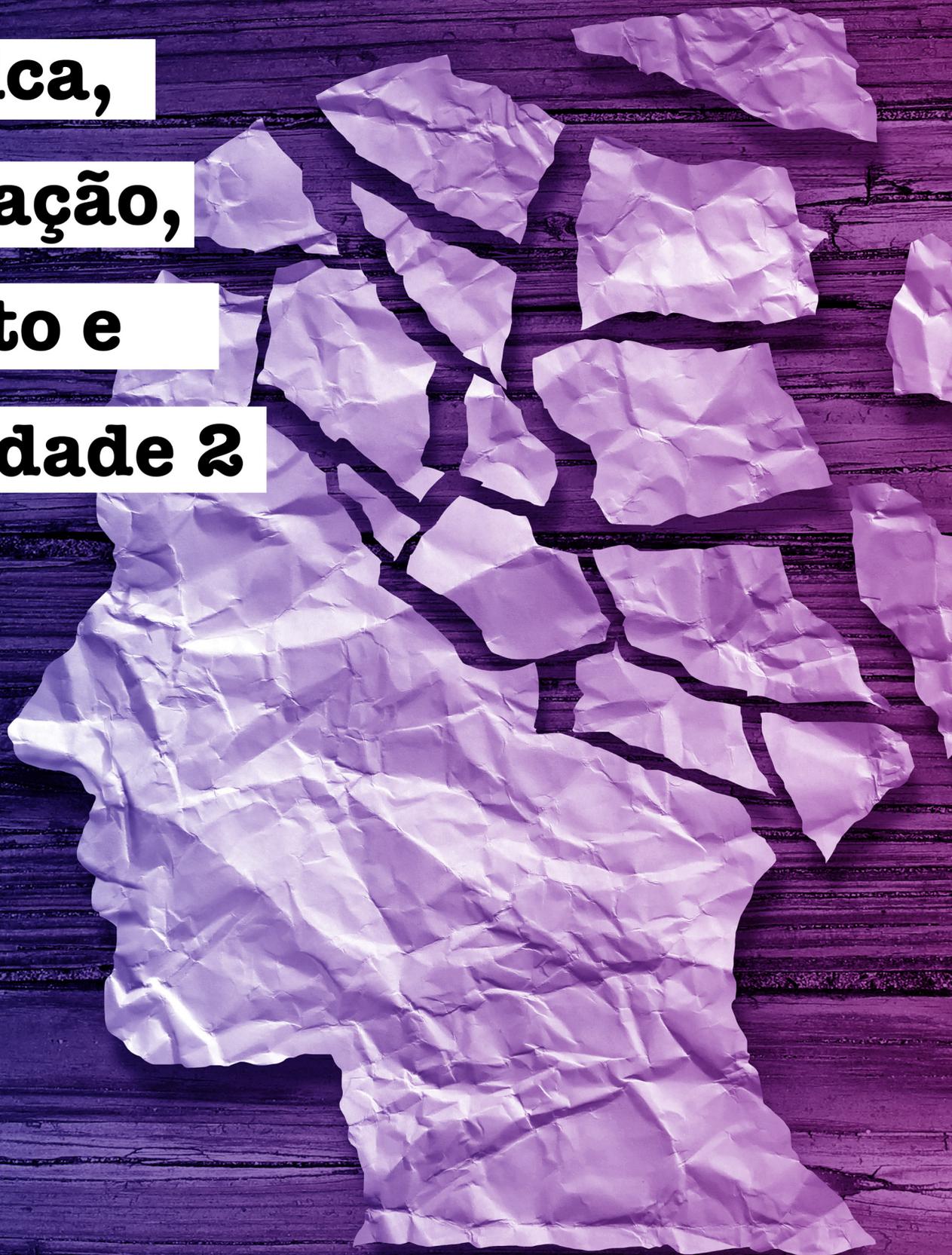
**Filosofia**

**Política,**

**Educação,**

**Direito e**

**Sociedade 2**



Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e  
Sociedade 2

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação, Direito e Sociedade; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-095-7

DOI 10.22533/at.ed.957190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.  
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.

CDD 300.5

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O objetivo do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade, uma vez que, o Brasil, historicamente, sempre se distinguiu por enormes desigualdades e pela exclusão social, econômica, étnico/racial, de gênero e cultural que, atualmente, vem crescendo em face de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizam os direitos políticos em detrimento dos direitos sociais. Existem declarações, documentos e leis que contemplam os direitos políticos, civis, econômicos, culturais, sociais e coletivos. Entretanto, a concretização desses direitos, na prática, não se realizam de imediato ou de modo natural. Nesse contexto nacional e também mundial, marcado pelo neoliberalismo econômico, é que se instala um verdadeiro abismo social, com um aumento cada vez maior de pessoas excluídas do processo de desenvolvimento econômico, destituídas das condições de dignidade humana. Em períodos de intensa globalização, o debate sobre a universalidade dos direitos humanos ganha novos contornos. Através especialmente da faceta econômica do processo globalizador, o mundo todo se encontra conectado, se inter-relaciona, e, com isso, a hegemonia do mercado capitalista mundial gera o temor da homogeneização. Por outro lado, as reações a esse processo trazem à tona as diferentes identidades e culturas, que mais e mais clamam ser respeitadas. A diversidade de culturas é uma riqueza, não há dúvida. Diferentes formas de ver o mundo, de viver o mundo; a variedade de tradições, de ritos e ritmos; as distintas comemorações e seus significados, os figurinos e seus coloridos. Como é encantador conhecer e aprender com o Outro! Contudo, o brilho da diversidade não deve cegar-nos a algumas práticas culturais que, embora pertencentes a culturas preciosas, acabam agredindo a Humanidade que há em todos nós. Sabe-se que os direitos humanos, após sua consolidação no século XVIII, passaram por transformações no sentido de que novas lutas foram agregando novos direitos ao conjunto. Se, a princípio, falar de direitos humanos significava tratar apenas de direitos civis e políticos, hoje tal denominação abarca também direitos sociais, direitos difusos – como o direito ao meio ambiente – e direitos coletivos – por exemplo, os direitos da mulher. Todavia, não obstante já terem passado mais de dois séculos do seu “nascimento” – cujo marco a história ocidental assenta na Revolução Francesa, de 1789 – sequer os direitos humanos ditos de primeira dimensão foram totalmente efetivados. Ainda que tais direitos sejam caracterizados como universais, isto é, pertencentes a todos os seres humanos, observa-se o desrespeito a direitos mais básicos – como o de não sofrer tratamento cruel ou degradante, para citar um – em várias partes do planeta. Algumas vezes esse desrespeito provém de afronta à própria lei que consagra os direitos. Outras vezes, eles acabam sendo violados por uma questão cultural, ou seja, por práticas culturais que, malgrado sejam exercidas há tempos e sejam aceitas por boa parte de seus praticantes, coíbem o desenvolvimento integral da pessoa, ferindo a dignidade humana e, por isso, constituindo uma ofensa

aos direitos humanos. Frente a esses eventos – globalização, temor de homogeneização, valorização da diversidade cultural –, como defender a existência de direitos humanos universais? De que forma sustentar que todos os seres humanos possuem direitos inalienáveis, independentemente das diferenças que há entre nós? Mais ainda: como demandar respeito a direitos básicos que todos temos ante práticas culturais que os violam, quando justamente a questão da cultura e de sua preservação levanta vozes em sua defesa? De que modo argumentar pelo apreço à dignidade humana, através do respeito aos direitos humanos, que, tal como se entende hoje, se consolidaram no Ocidente, sem que pareça que esta atitude seja um ato de imperialismo cultural? Eis alguns dos dilemas que os direitos humanos enfrentam nos dias atuais argumentos que se pode sustentar a erradicação de uma prática cultural que pareça violadora da dignidade humana, buscando-se um caminho o diálogo intercultural para que a defesa dos direitos humanos que são universais, ou seja, pertencem a todos independente de raça, religião, nacionalidade ou cultura em face de uma tradição não configure imperialismo cultural. A hipótese é a de que, tendo em vista que a cultura é uma categoria dinâmica, em constante processo de construção, e que as culturas se relacionam e se misturam, práticas culturais que aviltem o ser humano, mitigando o desenvolvimento de suas capacidades, merecem ser erradicadas – pelo diálogo intercultural, nunca por imposição em nome dos direitos humanos. É incontestável que não se deve impor ao Outro nosso olhar, nossa perspectiva, nossa maneira de ver. Isso não quer dizer, no entanto, que não se possa chegar a um consenso. Vislumbra-se um caminho: o diálogo intercultural. O interculturalismo entende a diversidade cultural como uma riqueza e tem a compreensão de que as culturas se relacionam, influenciando umas às outras, pois as culturas, sobretudo no mundo globalizado de hoje, aproximam-se, mesclam-se, tornam-se híbridas. A partir daí, e considerando que as culturas são dinâmicas, estando então num permanente processo de reconstrução, seja por circunstâncias internas ou externas (justamente no contato com outras culturas), parece possível que diferentes culturas aprendam umas com as outras na busca de valores comuns que levem ao respeito à dignidade humana sem que isso acarrete homogeneização. Por outro lado, já é hora de desvincular os direitos humanos de sua procedência histórica. Afinal, o fato de, no seu entendimento moderno, terem se consolidado no Ocidente não significa que devam ser mantidos necessariamente presos aos limites de sua origem. Quantos elementos de nossa própria cultura se originaram em outras? Ademais, os valores-base dos direitos humanos não pertencem exclusivamente a nenhum sistema cultural. E os direitos humanos têm se tornado mais e mais uma alternativa a possibilitar a coexistência humana pacífica e sempre mais enriquecedora entre diferentes no mesmo mundo. Como consequência disso, os direitos humanos são cotidianamente violados. Conforme dito anteriormente, esses direitos são assegurados em vários instrumentos jurídicos e conclamados em princípios universais tanto na ordem nacional como no ordenamento internacional. Contudo, o amplo respaldo documental não impede as constantes

violações dos direitos humanos em todo o mundo. Pensa-se, então, em formas de possibilitar o respeito e a eficácia desses direitos humanos que deveriam, na prática, ser consagrados. Nessa perspectiva, surge a educação em direitos humanos como um dos caminhos necessários para a efetivação dos direitos mais elementares e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. Como se lê em Horta (2000) a educação em direitos humanos situa-se em uma perspectiva crítica em relação ao modelo neoliberal vigente e impele o desvendar da sua racionalidade, suas implicações sociopolíticas e seus pressupostos éticos. A autora ressalta que promover processos educacionais sem questionar o paradigma hegemônico vigente significa esquivar-se da responsabilidade política da educação em relação ao presente e futuro. Com base nessa ótica de educação, deve-se propor uma ética que enfatize o público, a solidariedade e o bem comum. Compreender a educação como algo isento, à parte das relações sociais significa romantizar a educação. Se a política é algo inerente às relações sociais, não dá para compreender a educação fora do contexto social. Precisamos analisá-la como algo que é influenciado e que também influencia; como determinada e determinante social. Portanto, não basta o[a] professor[a] se preocupar em fazer bem o trabalho que faz, também é preciso que reflita sobre como o faz, sobre as implicações e consequências do que faz. (MATTOS, 2008. p. 8-9). A educação é um direito internacionalmente reconhecido, conforme se lê no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966: Os Estados partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda em que a educação deverá capacitar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ALVES, 1997, p. 79, grifos nossos). Da citação acima se depreende a educação tanto como um direito em si mesma como também um meio indispensável para concretização de outros direitos. Segundo Zenaide e Tosi (2004), no Brasil, após a Constituição de 1988, o Estado Democrático de Direito admite os direitos humanos como parte integrante do arcabouço jurídico e institucional, das políticas sociais e da cultura democrática, o que torna a educação em direitos humanos tema central integrante da política de Estado. A discussão sobre a necessidade de uma educação em direitos humanos não é recente, nem está só no plano das ideias. O Programa Nacional de Direitos Humanos II (PNDH II), lançado pelo governo federal em 2002 dedica uma parte à educação com propostas para curto, médio e longo prazo, dentre eles o item 470: “Criar e fortalecer programas para o respeito aos direitos humanos nas escolas de ensino fundamental e médio através do sistema de temas transversais, assim como de uma disciplina sobre direitos humanos.” (BRASIL, 2002). Em 2003, o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos lançou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH,

2003). Conforme se lê nesse documento tal educação está direcionada para o fortalecimento do respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais do ser humano, dentre outros aspectos. Tal direcionamento do PNEDH (2003) baseia-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966. A Lei 9394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reflete o propósito dos documentos acima mencionado ao dispor sobre os princípios e fins da educação nacional afirmando no artigo 2º, que a “[...] educação [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A identidade da educação em direitos humanos é um processo ainda em construção, não havendo consenso entre autores e autoras sobre sua definição (SACAVINO, 2009). E, pelo fato do conteúdo dos direitos humanos não ser neutro deve-se atentar para a polissemia. Tratou-se de uma primeira versão por meio da Criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da portaria nº 98/1993 da SEDH/PR. Em 2006, foi concluído o Plano com sua versão final. 24 de expressões que são utilizadas de acordo com os interesses de determinados grupos sociais. Especialmente nas dimensões político-ideológica e pedagógica, convivem diferentes concepções, que vão do enfoque neoliberal, centralizado nos direitos individuais, civis e políticos até o enfoque histórico-crítico de caráter contra hegemônico, nos quais os direitos humanos são uma referência no processo de construção de uma sociedade diferente, justa, solidária e democrática, tendo como fundamento a indivisibilidade e interdependência das diferentes gerações de direitos (SACAVINO, 2009). Essas questões serão examinadas posteriormente. Assim, feita essas considerações, quais relações pode haver entre direitos humanos, democracia, cidadania e educação? A relação entre os direitos humanos e a democracia existe na medida em que esta é entendida como o regime político da soberania popular e do respeito aos direitos humanos, o que pressupõe seu reconhecimento, promoção e proteção. Tal democracia, ao englobar os direitos civis, a participação política direta, a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais sem privilégios para todos os membros da sociedade, cumpre as exigências da cidadania ativa. A educação escolar atua como um dos caminhos de conscientização dos direitos e deveres pelas pessoas que possivelmente terão maior oportunidade de atuar e interferir no contexto social colaborando na construção de outra sociedade em que vigore os direitos humanos. Conforme se lê em Ruiz (2008, p. 225): “Trata-se de entender a escola como um ambiente conflituoso, permeado constantemente por contradições no qual ocorrem, diuturnamente, ‘lutas pedagógicas’ que podem vir a somar-se com a luta sócio-política, em prol da transformação social”. Conforme pondera Konder (2004, p. 20) com base em Marx, “[...] a atividade do[a] educador[a] tem seus limites, porém é atividade humana, é práxis. É intervenção subjetiva na dinâmica pela qual a sociedade existe se transformando. Contribui, portanto, em certa medida, para o fazer-se história”. Com a

democratização de acesso à educação escolar, as crianças passam longos anos de suas vidas dentro de escolas e, durante esse período, pode-se promover processos que favoreçam o desenvolvimento crítico da realidade social, adoção das sementes da real noção de cidadania, de respeito ao outro e do espírito coletivo como também pode ocorrer a introjeção de valores de conformismo e aceitação do status quo do modelo neoliberal de sociedade vigente. O Brasil está no terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos (2009) — PNDH III. Nas últimas três décadas sob o ponto de vista da legislação muito se tem anunciado os direitos humanos como requisito indispensável à concretização da democracia no país. O Estado também tem colocado ênfase na educação formal como um dos meios de construção de uma cultura de direitos humanos por meio da ratificação de vários pactos internacionais e elaboração de vários planos nacionais visando dar subsídios aos governos estaduais e municipais na elaboração e na execução de seus próprios programas de direitos humanos.

No artigo **O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, o autor Arcângelo da Silva Ferreira nesse trabalho procura verificar e analisar a ideia de história no pensamento do escritor amazonense Milton Hatoum. Paralelo a isso, as possibilidades de sua narrativa para o ensino de História da Amazônia. o corpus de análise para esta investigação é a novela *Órfãos do Eldorado*. No artigo **O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES**, os autores Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva com o objetivo de identificar as produções científicas que discutem essa política de educação profissional pesquisas promovidas acerca do Programa Brasil Profissionalizado. O artigo **O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ**, dos autores Jhanielly Gonçalves Barbosa, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos, procura analisar o Programa Ensino Médio Inovador/Jovem de Futuro (ProEMI/JF) em escolas públicas do ensino médio de Belém, em especial, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva, cujo objetivo é analisar como se configura o Programa Ensino Médio Inovador na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Presidente Costa e Silva. O artigo **O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?** o autor José Carlos Mendonça, busca mostrar como a atividade filosófica, como prática educativa, deve se caracterizar para que o sentido do ensino não se restrinja ao trabalho que visa mover o ‘sujeito’ ao redor do discursivo estritamente conceitual; mas, ao contrário, atrelado ao viver, ou a constituição de um “discurso interno” do sujeito sobre si, sobre sua situação, com o objetivo da modificação de si. No artigo **O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO**, os autores Ana Gregória de Lira, Rodrigo Nicéas Carneiro Leão, Tatiana Cristina dos Santos Araújo, Alexandre Simão de Freitas, objetivou caracterizar o fenômeno da dádiva, suas contribuições

para o campo educacional e elucidar o debate acerca das sutilezas que permeiam a ação educacional. também interligar a dívida à Educação e refletir sobre a ética que permeia a ação pedagógica movida pela dívida. **No artigo O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO**, as autoras Maria Cristina Leandro de Paiva, Thayane Lopes Miranda, Viviane Marina Andrade Silva, buscou –se discutir a organização e o atendimento às crianças na educação infantil, destacando as particulares subjacentes a esse atendimento, na Rede Municipal de Ensino de Natal/RN. O artigo **O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE**, a autora Roberta Ravaglio Gagno, procura refletir sobre a construção da cultura profissional do pedagogo, em especial no que tange aos processos de trabalho, sua interferência nessa construção, as condições e políticas educacionais no Paraná .No artigo, **O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO**, os autores Valmir Pereira, José Cândido Rodrigues Neto, Maria Aparecida da Silva Bezerra, buscou investigar as repercussões e influências na educação, especialmente sobre a formação da mão de obra, as práticas escolares e educacionais e o antagonismo de classes. No artigo **AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA** os autores: Eldernan dos Santos Dias, Roberto Lister Gomes Maia, apresentam um estudo sobre mediações entre a formação humana e suas possibilidades como pressuposto teórico e filosófico para o campo de conhecimento da Educação Física. No artigo **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR**, os autores Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro discutir sobre os direitos das crianças e adolescentes com deficiência no âmbito escolar, trazendo a luz, a partir de uma revisão bibliográfica. No artigo **AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, os autores Gisele Carvalho Lomeu, Fátima Aparecida da Silva locca, discorrem sobre as contribuições das aulas experimentais para o processo de ensino e aprendizagem de conceitos científicos básicos abordados no ensino de Ciências na Educação Infantil, de uma escola do campo no Município de Terra Nova do Norte/MT. No artigo **AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)**, os autores Mark Clark A Carvalho, Luciana Ferreira de Lira, Mizraiam Lima Chaves, objetivo realizar um resgate histórico acerca do processo de implantação e funcionamento das chamadas “escolas ambulantes” no antigo Território Federal do Acre na perspectiva de procurar evidenciar qual o papel desempenhado por esse tipo de organização escolar para as ações pioneiras de escolarização da população do antigo território. No artigo **AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM NARRADORES DE JAVÉ**, a autora Léa Evangelista Persicano proporcionar uma reflexão acerca de narrativas orais enquanto uma prática cultural que propicia uma ressignificação do passado, com projeções no

presente e no futuro. **No artigo AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS CLASSES DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO GRANDE – MS, a autora NOVAIS, Pabliane Lemes Macena, com o objetivo, descobrir qual o papel da formação de professores na Rede Municipal de Ensino de Campo Grande – MS, se tem havido continuidade nas políticas adotadas pela Secretaria Municipal de Educação e, ainda, se as ações desenvolvidas nos dois cenários aqui abordados (Educação Infantil e Classes de Alfabetização do Ensino Fundamental).** No artigo **AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA,** as autoras Carolina Barreiros de Lima, Janaína Moreira Pacheco de Souza discute a importância do planejamento pedagógico voltado para questões relacionadas à autoestima e ao fracasso escolar. No artigo a **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES,** a autora COSTA, Simone Freitas Pereira, realizou um balanço de produções sobre o tema supracitado sobre o tema avaliação da aprendizagem, consultando teses, dissertações e artigos publicados em periódicos científicos no Brasil, contemplando o período de 1999 a 2008. **No artigo AVALIAÇÃO EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM,** André Ricardo Lucas Vieira, o artigo analisa a concepção de erro em avaliações de matemática da Educação Básica, partindo das contribuições da pedagogia construtivista na perspectiva de se considerar o erro como uma estratégia pedagógica de promoção da aprendizagem. No artigo **BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA,** a autora Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro, procurou demonstrar que apesar do principal objetivo do movimento de criação de uma Base Nacional Comum Curricular ser a consolidação da educação promotora da formação integral da pessoa e, apesar do vasto conteúdo legislativo, de fato, não se vê, na prática, sintonia e esforços para a reestruturação necessária para a efetividade do ensino transformador. No artigo **CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: Um estudo sobre a formação pelo PARFOR,** os autores, Marnilde Silva de Farias, Lana Cristina Barbosa de Melo, Joelma Carvalho Sales, Marcondes Baptista do Rêgo, Maristela Bortolon de Matos, Busca por meio da abordagem a formação e o processo de profissionalização docente em Educação Física, a partir das implicações decorrentes do PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores), como um programa de formação emergencial e necessário para consolidação das metas preconizadas pelo Plano Nacional de Educação e ainda em cumprimento as exigências de formação previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. No artigo, **CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA,** Josélia Maria Costa Hernandez, Este artigo refere-se à descrição da terceira etapa de pesquisas sobre o processo de profissionalização do professor da Academia

da Força Aérea (AFA) produzidas pelo grupo de estudos Processos Educacionais – Propostas de Estudo (PEPE), vinculado à linha de pesquisa formação e profissionalização docente no ensino superior militar do Grupo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Defesa (GEPAD) da AFA.. No artigo **CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)**, os autores, Luan Manoel Thomé e Flávio César Freitas Vieira, pesquisou sobre o primeiro diretor do Grupo Escolar de Diamantina (GED) Cícero Arpino Caldeira Brant . No artigo **Cidadania e Território: Os Desafios Contemporâneos da Crise Ambiental no Espaço da Cidadania**, o autor, Bruno Rego, Pensada sempre nos limites territoriais de um espaço nacional, a noção clássica de Estado-nação tornou-se um conceito cuja operacionalidade foi fracturada em face das grandes tendências e desafios com o que o século XXI se confronta, desafios esses cuja resolução tem de ser enfocada primordialmente num plano global. No artigo **CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL**, os autores **Maristela Rosso Walker, Ademarcia Lopes de Oliveira Costa, Cassia Peres Martins, Giovanna Marques Moreira Bertim, Guilherme Aparecido de Carvalho, Maria Fatima Menegazzo Nicodem** O trabalho buscou desenvolver o projeto de extensão “É papo de cinema! UTFPR – cine diversidade, educação e diversão”, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Santa Helena. Objetivou favorecer o acesso a acadêmicos, servidores da Universidade e comunidade circunvizinha à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, que remetam à temática da DIVERSIDADE social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente e indígena. No artigo **Coeducação uma proposta para aulas de educação física no ensino fundamental** as autoras, Raymara Fonseca dos Santos, Patrícia dos Santos Trindade, Dainessa de Souza Carneiro, Lucas Diógenes Leão, Gerleison Ribeiro Barros, o objetivo é investigar se os professores de Educação Física adotam práticas pedagógicas pertinentes às questões de gênero, por meio de aulas coeducativas. No artigo **COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO** a autora Aline de Carvalho Moura, o objetivo deste trabalho é fazer alguns apontamentos sobre a relação entre a sociedade contemporânea e a educação, a partir de uma análise sobre os CIEPs do Complexo da Maré.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
O IMAGINÁRIO DE MILTON HATOUM: CAMPO DE POSSIBILIDADE PARA O SABER HISTÓRICO E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.	
Arcângelo da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9571904021	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS PUBLICADAS NO BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento	
José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904022	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>24</b>
O PROGRAMA JOVEM DE FUTURO DO INSTITUTO UNIBANCO EM ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO DE BELÉM DO PARÁ.	
Jhanielly Gonçalves Barbosa	
Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9571904023	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
O QUE SE TRABALHA SOBRE SI QUANDO SE ESTÁ A FILOSOFAR NO ENSINO, PROFESSOR?	
José Carlos Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.9571904024	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>55</b>
O TEMPO DA DÁDIVA: A ABERTURA DA RAZÃO ÉTICO-ESPIRITUAL NA INTERFACE DÁDIVA E EDUCAÇÃO	
Ana Gregória de Lira	
Rodrigo Nicéas Carneiro Leão	
Tatiana Cristina dos Santos Araújo	
Alexandre Simão de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.9571904025	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>70</b>
O TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO E O ESTÁGIO REMUNERADO	
Maria Cristina Leandro de Paiva	
Thayane Lopes Miranda	
Viviane Marina Andrade Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9571904026	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>80</b>
O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA CULTURA DOCENTE	
Roberta Ravaglio Gagno	
DOI 10.22533/at.ed.9571904027	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>91</b>
O TRABALHO EM EQUIPE E A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA: REFLEXÕES SOBRE AS INFLUÊNCIAS DO TOYOTISMO NA EDUCAÇÃO	
Valmir Pereira José Cândido Rodrigues Neto Maria Aparecida da Silva Bezerra	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9571904028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>99</b>
AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E HISTÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANA E A TEORIA DO SER SOCIAL: UMA COMPARAÇÃO COM A CONCEPÇÃO MARXIANA.	
Eldernan dos Santos Dias Roberto Lister Gomes Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9571904029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>112</b>
A INCLUSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ÂMBITO ESCOLAR	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Gabriella Rossetti Ferreira Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>121</b>
AS CONTRIBUIÇÕES DAS AULAS EXPERIMENTAIS NA CONSTRUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gisele Carvalho Lomeu Fátima Aparecida da Silva Iocca	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>126</b>
AS ESCOLAS AMBULANTES NO TERRITÓRIO DO ACRE (1906-1930)	
Mark Clark A. Carvalho Luciana Ferreira de Lira Mizraiam Lima Chaves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>139</b>
AS NARRATIVAS ORAIS E PRÁTICAS CULTURAIS EM <i>NARRADORES DE JAVÉ</i>	
Léa Evangelista Persicano	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>146</b>
AUTOESTIMA E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA	
Carolina Barreiros de Lima Janaína Moreira Pacheco de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>156</b>
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO SUPERIOR: PRODUÇÃO, TENDÊNCIAS E CONCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES	
Simone Freitas Pereira Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95719040215</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>166</b>
AVALIAÇÕES EM MATEMÁTICA: O ERRO ENQUANTO FERRAMENTA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM	
André Ricardo Lucas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040216	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>179</b>
BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS DESAFIOS DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PLENA.	
Fabiana Aparecida Menegazzo Cordeiro.	
DOI 10.22533/at.ed.95719040217	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>189</b>
CAMINHOS E DESCAMINHOS NA FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO PELO PARFOR	
Marnilde Silva de Farias	
Lana Cristina Barbosa de Melo	
Joelma Carvalho Sales	
Marcondes Baptista do Rêgo	
Maristela Bortolon de Matos	
DOI 10.22533/at.ed.95719040218	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>200</b>
CAMINHOS TRILHADOS: PESQUISAS SOBRE A DOCÊNCIA NA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	
Josélia Maria Costa Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.95719040219	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>210</b>
CÍCERO ARPINO CALDEIRA BRANT: PRIMEIRO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR DE DIAMANTINA (1907-1909)	
Luan Manoel Thomé	
Flávio César Freitas Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.95719040220	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>222</b>
CIDADANIA E TERRITÓRIO: OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA CRISE AMBIENTAL NO ESPAÇO DA CIDADANIA	
Bruno Rego	
DOI 10.22533/at.ed.95719040221	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>231</b>
CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL.	
Maristela Rosso Walker	
Ademarcia Lopes de Oliveira Costa	
Cassia Peres Martins	
Giovanna Marques Moreira Bertim	
Guilherme Aparecido de Carvalho	
Maria Fatima Menegazzo Nicodem	
DOI 10.22533/at.ed.95719040222	

**CAPÍTULO 23 ..... 242**

COEDUCAÇÃO: UMA PROPOSTA PARA AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Raymara Fonseca dos Santos

Patrícia dos Santos Trindade

Dainessa de Souza Carneiro

Lucas Diógenes Leão

Gerleison Ribeiro Barros

**DOI 10.22533/at.ed.95719040223**

**CAPÍTULO 24 ..... 252**

COMPLEXUS DA MARÉ: O PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DA EDUCAÇÃO

Aline de Carvalho Moura

**DOI 10.22533/at.ed.95719040225**

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 265**

## CINEMA, DIVERSIDADE E EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE: DIÁLOGO POSSÍVEL.

### **Maristela Rosso Walker**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
– Câmpus Santa Helena Departamento de  
Educação  
Santa Helena - Paraná

### **Ademarcia Lopes de Oliveira Costa**

Universidade Federal do Acre  
Centro de Educação Letras e Artes  
Rio Branco – Acre

### **Cassia Peres Martins**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
– Câmpus Santa Helena , Departamento de  
Educação  
Santa Helena - Paraná

### **Giovanna Marques Moreira Bertim**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná –  
Câmpus Santa Helena  
Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas  
Santa Helena - Paraná

### **Guilherme Aparecido de Carvalho**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná –  
Câmpus Santa Helena  
Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas  
Santa Helena – Paraná

### **Maria Fatima Menegazzo Nicodem**

Universidade Tecnológica Federal do Paraná –  
Câmpus Medianeira  
Departamento Acadêmico de Ciências Humanas e  
Letras  
Medianeira – Paraná

**RESUMO:** Cabe à educação formal oferecer aos alunos e à sociedade em geral oportunidades de conhecer e aprender por meio de outras linguagens. Uma delas é a linguagem cinematográfica. Seu uso, como prática educativa, facilita significativamente o diálogo entre os conteúdos curriculares e os conhecimentos gerais. É nesse contexto que desenvolvemos o projeto de extensão “É papo de cinema! UTFPR – cinediversidade, educação e diversão”, na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Santa Helena. Objetiva-se favorecer o acesso a acadêmicos, servidores da Universidade e comunidade circunvizinha à produção cinematográfica de diferentes categorias e gêneros, que remetam à temática da DIVERSIDADE social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente, indígena e inclusiva promovendo o debate, a reflexão e a discussão sobre a mesma, visando contribuir para o desenvolvimento da compreensão crítica do mundo e das novas tecnologias midiáticas por parte dos envolvidos, favorecendo o conhecimento da área de ciências humanas e a formação crítico-reflexiva dos mesmos, a ampliação do seu repertório cultural, o desenvolvimento da sua competência leitora e o diálogo entre o currículo escolar dos cursos ofertados pela Universidade e as questões socioculturais mais amplas. Os Estudos Culturais

são o aporte teórico e a metodologia é a análise de conteúdo proposta por Bardin. Os resultados indicam que as temáticas instigam discussões, promovem eventos e levam os alunos e a comunidade a participar da atividade como enriquecimento curricular e cultural para sua trajetória acadêmica e pessoal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação continuada; Estudos culturais e Diversidade; Mídias e Educação.

**ABSTRACT:** It is formal education for students and society in general opportunities to learn and learn in other languages. One is a cinematic language. Its use, as an educational practice, facilitates the choice between the curricular contents and general knowledge. It is this context that develops the project of extension “It is talk of cinema! UTFPR - Cinediversidade, Education e Diversity “, at the Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Santa Helena. The objective is to promote access to academics, university employees and community surrounding the cinematographic production of different categories and genres, referring to the social, racial, ethnic, sexual, cultural, educational, African, Afrodescendent, indigenous and including promoting debate, reflection and discussion about it, aiming to contribute to the development of critical understanding of the world and new media technologies by those involved, favoring the knowledge of the area of human sciences and the critical-reflective formation of the same , the expansion of its cultural repertoire, the development of its reading competence and the dialogue between the school curricula of the courses offered by the University and the wider sociocultural issues. The Cultural Studies are the theoretical contribution and the methodology is the content analysis proposed by Bardin. The results are how they instigate discussions, promote events and lead students and a community to participate as a curricular and cultural enrichment for their academic and personal trajectory.

**KEYWORDS:** Continuing education; Cultural Studies and Diversity; Media and Education.

## 1 | INTRODUÇÃO

O preconceito no cotidiano escolar e na sociedade em geral é um problema que aflige grande parte da população brasileira e seus resultados nefastos podem ser observados em longo prazo com atitudes que vão desde a violência explícita bem como a violência velada. Parte dos preconceitos imputados às pessoas são oriundos da diversidade cultural que encontramos no nosso País e, as escolas são grandes propagadoras, seja desvelando os preconceitos e as discriminações, seja afirmando as diferenças, provocando ondas de mudanças ou sendo guardiãs das tradições legadas pelo homem da modernidade.

Procurar alternativas para trabalhar com os processos de discriminação e preconceito torna-se objetivo imperativo em quase todos os segmentos que compõem a sociedade brasileira. Mecanismos pedagógicos estão sendo estudados e já colocados

em prática por meio da interação do professor, dos alunos e da sociedade.

Para discutir a diversidade nas escolas, cuja necessidade é primordial e todos os envolvidos necessitam saber abordar essa questão, professores vêm promovendo oficinas e projetos a fim de mostrar, não só aos alunos, mas a todos, que podemos encarar a diversidade como um modo de aprimorarmos nossas ideologias.

O projeto de Extensão “É papo de cinema! UTFPR – Cinediversidade, educação e diversão” têm como meta promover e subsidiar o acesso a reflexões, discussões e debates, de um conjunto de filmes de diferentes categorias e gêneros, sobre temas relacionados à diversidade social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente, indígena e inclusiva, entre alunos, servidores da UTFPR Santa Helena e a comunidade em geral, bem como a produção de pequenos vídeos sobre as temáticas elencadas, produção científica de artigos oriundos das discussões produzidas durante as exposições, visando à articulação com a pesquisa.

Partimos do seguinte questionamento: Qual o papel da Universidade na conscientização da sociedade a respeito da diversidade? Seria o cinema uma estratégia eficaz para aprofundar as discussões sobre as temáticas social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente, indígena e inclusiva nas escolas? Concebe-se que o cinema faz com que o indivíduo se integre a cultura, ao mesmo tempo em que, o mesmo não é subjugado por ela, por seus mitos ou suas ideologias, o mesmo serve para questionar, refletir, questões afetas a sociedade. As ideias retratadas nos filmes que são passados como uma forma de aceitação de pela grande maioria, são relatadas geralmente de um modo em que a atenção do telespectador é presa e o faz pensar em como aquilo pode influenciar o seu dia-a-dia e o seu modo de pensar sozinho ou em conjunto. Então um dos mecanismos a serem estudados e utilizados que pode nos auxiliar na prática para discutirmos é o cinema. O cinema entra em cena com a Diversidade e a Educação.

Usar o cinema como um modo de mostrar às pessoas que a diversidade vem crescendo e tem que ser encarada naturalmente é um modo de expandir o pensamento de quem assiste as películas e discute as temáticas abordadas pelas mesmas.

O cinema já vem sendo usado pela sociedade como forma de lazer a décadas, sendo uma das formas de diversão mais usadas no mundo atualmente. Por trás de todo lazer que o cinema oferece, podemos observar o empenho de muitas pessoas que trabalham para que possamos ver um filme tranquilamente seja casa ou no próprio cinema. Essa é a forma física com a qual o cinema é visto pelas pessoas, uma forma de se divertir e levar das produções cinematográficas vistas, boas lembranças. O que ninguém para pensar é muito mais que isso. Além de servir como lazer o cinema tem um grande papel educacional que vem sendo usado para driblar conflitos ocorrentes em meio escolar ou social. Por trás de um filme podem existir muitas questões relacionadas ao nosso dia-a-dia, como avaliar em que o filme vai influenciar em nossas vidas.

Usar o cinema em função da diversidade é um mecanismo que já é aplicado em muitos ambientes educacionais, tornar real a ideia de igualdade através das produções

é uma das maneiras mais descontraídas para o isso. Mais que filmes, os debates produzidos através dos mesmos, são certamente, o que mais enfatiza as questões tratadas na mente de quem presencia. Uma boa discussão produzida por variadas ideias mostra a todos que acrescentar é melhor que individualizar.

Trazer pessoas a universidade e mostrar a elas que o que está sendo ali passado, por meio de filmes, serve para que entendam, principalmente, a questão da **diversidade** social, faz com que um dos tripés da Universidade que é a extensão cresça e alcance seu objetivo e que as pessoas percamos certo medo existente quando o assunto é a integração da universidade com a comunidade externa. A **diversidade** se manifesta na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem, não só o Brasil, mas toda a humanidade. Conviver, respeitar e promover a diversidade é fundamental para que todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades, além de combater o preconceito e a discriminação em relação à cor, gênero, deficiência, orientação sexual, crença ou idade.

Projetos como este nada mais são do que ferramentas para a aproximação da comunidade com a Universidade e aproveitando assim para levar esse conceito de diversidade à quem presencia o “cine” através dos filmes.

O projeto de extensão da UTFPR Campus Santa Helena, intitulado É PAPO DE CINEMA! UTFPR- CINEDIVERSIDADE, EDUCAÇÃO E DIVERSÃO, teve como meta atingir os mais variados públicos para a conscientização da diversidade no mundo atual. Filmes e debates saudáveis foram oferecidos uma vez ao mês e quem compareceu pode explicar sua compreensão crítica e acrescentar com as ideias ali exposta pelos presentes.

## 2 | MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Trazer à tona o cinema na Universidade foi uma ideia proposta em um projeto de extensão de julho de 2015. A ideia inicial era a da implantação de um cinema acessível a todos e com variados temas a serem exibidos e discutidos com vistas a complementar o currículo dos acadêmicos nas questões relativas a área de humanidades. Com o passar do tempo o projeto evoluiu e dele foram extraídas ideias para melhorias no mesmo e fontes de pesquisa. Foram realizadas inúmeras pesquisas para que pudéssemos cada vez mais melhorar o que estava sendo feito e assim atingir um maior público. Também utilizamos mídias virtuais como recurso para comunicação da exibição dos filmes e dos trailers dos mesmos.

Para tornar o trabalho de extensão possível dentro do ambiente da Universidade, a equipe do DEPED em conjunto com o Grupo de Estudos E Pesquisa em Educação e Formação de Professores (GEPEFORP) desenvolveu cuidadosamente um planejamento de escolha dos filmes que seriam exibidos no decorrer do ano letivo, dividido nos dois semestres em que há estudantes no Câmpus, e também nas escolas

circunvizinhas e comunidade em que está inserida, levando em consideração as temáticas de maior atualidade e possibilidade de discussão e aproximação com o público alvo.

A definição dos critérios de escolha dos filmes considerou o interesse e as necessidades do público jovem e adultos, por meio de instrumento escrito (enquete) e por meio eletrônico (mídia social) tendo em vista o currículo dos cursos ofertados e a atualidade dos temas necessários à formação, a prática docente, a complementação do diálogo com o currículo escolar, a pesquisa e a extensão.

Os dados da consulta aplicada aos alunos dos Cursos de Bacharelado em Ciência da Computação e Licenciatura em Ciências Biológicas, além dos servidores, no segundo semestre de 2015 e primeiro semestre de 2016, revelaram a preferência dos seguintes temas e assuntos de filmes a serem debatidos na execução do projeto: Diversidade social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional em primeiro lugar; Política e realidade brasileira em segundo lugar e Ética e cidadania em terceiro lugar. Além disso, também foram considerados alguns princípios norteadores: produções de distintas épocas e escolas cinematográficas; diversidade de gêneros: documentário, ficção, cinebiografia, comédia, drama, suspense, etc.; produções cinematográficas de diferentes países; filmes não exibidos exaustivamente pela televisão.

Os resultados da consulta realizada também nortearam a definição da frequência de exibição dos filmes que ocorrem a cada 30 dias (uma vez por mês, sempre em dias alternados da semana), buscando horários alternativos entre os intervalos de turnos das aulas.

O trabalho desenvolvido segue o aporte dos teóricos dos Estudos Culturais e utilizou como metodologia a análise de conteúdo proposta por Bardin, além de outros referenciais teóricos que puderam contribuir, como a análise do discurso, a filosofia, os levantamentos históricos, as teorias do romance.

### **3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Durante o tempo em que o projeto vem sendo realizado na UTFPR Campus Santa Helena, percebemos que a busca pelo mesmo e o interesse dos alunos vem crescendo consideravelmente. Buscamos sempre estar melhorando o que é ofertado pelo projeto visando que essa procura se intensifique cada vez mais. Uma prova disso é o número de participantes nas seções. Passamos de seções com cinco participantes às seções com mais de vinte participantes.

Intensificando o público, também intensificamos os debates. Recebemos visitas de órgãos como o CREAS (Centro de Referência Especializada de Assistência Social), da cidade de Santa Helena, que nos falou sobre a violência sofrida pela mulher nos dias atuais. Essa ação aconteceu em consonância com a exibição do documentário “O silêncio das inocentes” (2010) que conta a história da criação da Lei

Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e da luta das mulheres contra a violência doméstica e familiar. Para retratar a triste realidade social da violência contra as mulheres no Brasil, o documentário traz depoimentos de vítimas, autoridades e especialistas no tema, buscando lançar uma luz sobre o problema bem como incentivar o debate. O silêncio que cerca a violência no ambiente familiar impede que os dados levantados revelem corretamente a magnitude deste fenômeno social e o perfil das vítimas. Para romper o silêncio que envolve a violência doméstica, faz-se necessário um processo de mobilização social contra a violência nas famílias. Este documentário pretende estimular a discussão, contribuindo para fortalecer o discurso de combate à violência contra as mulheres, principalmente, aquela que é perpetrada no âmbito familiar.

Essa ação aconteceu em conjunto com o que denominamos “mês da mulher”, onde desenvolvemos além da exibição do documentário acima citado, “dia de beleza da mulher da UTFPR – Santa Helena” em que as mulheres puderam se embelezar com a oficina de auto maquiagem, com produtos de uma marca famosa e que faz sucesso entre as mulheres do mundo todo. Além disso foi exibido o filme “Joy o nome do sucesso”(2016), cuja história é inspirada em uma história real, o filme mostra a emocionante jornada de uma mulher que é ferozmente determinada a manter sua excêntrica e disfuncional família unida em face da aparentemente insuperável probabilidade. Motivada pela necessidade, engenhosidade e pelo sonho de uma vida, Joy triunfa como a fundadora e matriarca de um bilionário império, transformando sua vida e a de sua família. Essas ações podem ser comprovadas conforme pode ser observado no folder/convite disponibilizado para a comunidade interna e externa à Universidade:

**EXTENSÃO**

**É PAPO DE CINEMA! UTFPR -**  
**CINEDIVERSIDADE. EDUCAÇÃO E DIVERSÃO**

**Em março, tem programação especial para o mês da mulher.**

**Dia 08/03**

**DIA DA BELEZA DA MULHER DA UTFPR – SANTA HELENA**  
**“Mary Kay”**

**Horário: 15h e 30 min às 17h**  
**Local – Sala E 07**  
**Horário: 21h e 15 min às 22h e 30 min.**  
**Local – Auditório e**  
**Dia 10/03 – das 9h às 10h e 30 min, na sala E 07.**  
**Servidoras, alunas e terceirizadas da UTFPR – Santa Helena. Evento gratuito. Participe!**

**Dia 10/03**

**EXIBIÇÃO DO DOCUMENTÁRIO COM MESA DE DEBATE:**  
**“SILÊNCIO DAS INOCENTES”**

**Horário: 17h e 30 min às 19h**  
**Participação da Equipe do CRAS de Santa Helena.**

**EXIBIÇÃO DE FILME COM DEBATE:**  
**“JOY O NOME DO SUCESSO”**

**Horário: 21h às 23h**  
**Local: Auditório da UTFPR – Campus Santa Helena**  
**Evento aberto e gratuito às mulheres de Santa Helena. Limitado a 150 lugares.**

Figura 1: Folder/Convite Mês da Mulher 2016 – Cinediversdade.

Fonte: *Print* do convite divulgado pelas autoras do projeto, 2016.

Recebemos também alunos de algumas escolas da rede estadual da cidade, que puderam nos acompanhar em nossas seções e contribuir em nossos debates. Tais como nos filmes: *O Lorax: em busca da trúfula perdida* (2012) e *Lado a lado* (1998). No primeiro, a exibição culminou com a Semana Acadêmica de Ciências Biológicas, onde foram discutidas temáticas relacionadas ao meio ambiente, preservação, etc visto que *O Lorax: Em Busca da Trúfula Perdida* é um filme de animação que expande a história do livro e do seriado em que se baseia, dando um nome para o protagonista, Ted e tornando o Lorax o guardião da floresta das trúfulas. Ted é um habitante de uma cidade distópica feita de plástico, onde não existem árvores e plantas reais. Certo dia ele descobre que o sonho de sua paixão, a bela Audrey, é ver uma árvore de verdade. Disposto a realizar este desejo, ele vai atrás de Umavez-ildo, pois, de acordo com a lenda contada por sua avó Norma, é o único capaz de conseguir uma árvore de verdade. O misterioso Umavez-ildo insiste em contar a Ted sua história, relatando como ele, quando jovem, embarcou numa aventura por uma terra desconhecida, cheia de cor, natureza e árvores. É lá que ele conheceu o simpático e ao mesmo tempo rabugento Lorax, uma criatura curiosa preocupada com o futuro de seu próprio mundo.

No filme *Lado a lado*, houve a participação do Colégio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco, que compareceu com os/as alunos/as do Curso de Formação de Professores, pois se tratava de uma temática relacionada à saúde e também com forte conotação emocional. O filme retrata a história de uma jovem de doze anos e um garoto de sete, filhos de pais separados, que não aceitam a nova namorada de seu pai, uma bela e renomada fotógrafa. O garoto ainda tolera a situação, mas a adolescente não se conforma com a separação e com fato de seu pai e a namorada viverem juntos, pois isto significa que as chances de reconciliação de seus pais se tornam quase nulas. Por sua vez, a mãe das crianças ainda alimenta esta briga, fazendo o gênero “mãe perfeita”. A fotógrafa faz de tudo para agradar as crianças, chegando ao ponto de dar tanta atenção aos enteados que acaba perdendo o emprego, pois deixou de ser a profissional competente que era. Até que uma notícia inesperada muda completamente à relação entre os familiares: uma doença terminal da mãe das crianças. Essas são algumas ações que fizeram com que as procura pelas seções do Cine Diversidade aumentassem cada vez mais.

Entre primeiro e segundo semestres de 2015 e 2016 exibimos os seguintes filmes: *O contador de histórias* (2009); *Caixa D'Água: Qui-Lombo é esse?* (2012); *Temple Grandin* (2010); *O Candidato Honesto* (2014); *Maria cheia de graça* (2004); *Terra fria* (2005); *O Lorax: em busca da trúfula perdida* (2012); *Paraísos artificiais* (2012); *50/50 ou 50%* (2010); *Lado a lado* (1998); *Joy: o nome do sucesso* (2016); *O quarto de Jack* (2016); *A garota dinamarquesa* (2016); *Orações para Bobby* (2009).

As estratégias de divulgação dos filmes que foram exibidos constituíram-se de cartazes distribuídos nas salas de aula, corredores, biblioteca, laboratórios, painel com cartazes das películas e mídia social (para os acadêmicos e servidores do Câmpus) e para a comunidade externa além dessas estratégias, os contatos via telefone, e-mail

e ofício como forma de convite para as escolas do município também foram utilizadas. A figura 2 ilustra uma das formas de divulgação do projeto:



Figura 2: Foto do mural de divulgação do Cinediversidade 2016.

Fonte: BERTIM, G. M. M.

A dinâmica da escolha dos filmes foi mudando no decorrer dos semestres buscando envolver o público que se pretende atingir. Inicialmente a escolha da temática ficava a critério dos organizadores do evento (2014) antes de termos bolsista financiada para o projeto, buscando atingir os objetivos propostos quanto aos temas relacionados à diversidade. Em 2015 a sistemática de escolha utilizou o *facebook* ( Figura 3) como recurso, cujo instrumento era uma enquete com 3 filmes (a cada exibição) que o público escolhia durante um período definido para votação. O mais votado era exibido.



Figura 3: Página do Cinediversidade no *Facebook*.

Fonte: *Print* dos autores da página do *Facebook*.

Em 2016, após avaliação das atividades desenvolvidas e uma nova enquete proposta para 2016 (Figura 3), a dinâmica da escolha manteve a mídia social como recurso, porém o instrumento teve alterações: no início do ano elencamos os 10 filmes que gostaríamos de exibir, segundo as preferências apontadas na enquete e todos eles são elencados mensalmente, sendo retirado aquele que já foi exibido.

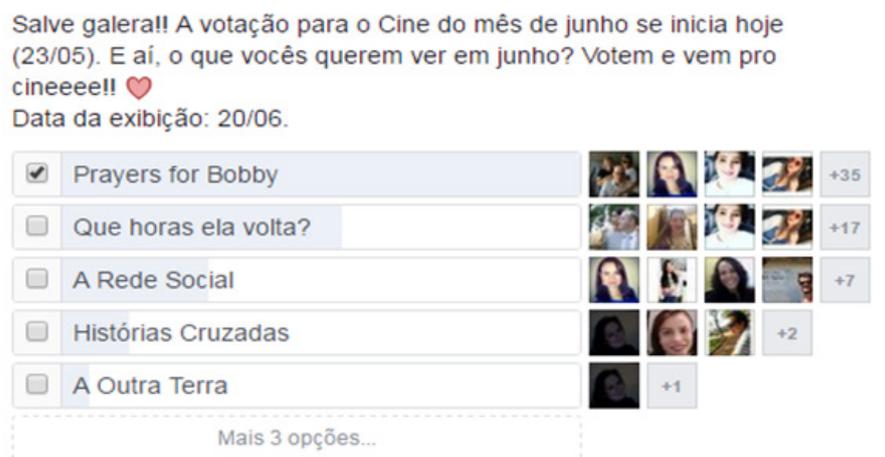


Figura 4: Enquete utilizando mídia social.

Fonte: *Print* dos autores da página do Facebook.

Esse é o primeiro passo de envolvimento dos participantes do projeto: a escolha do filme. A exibição da película escolhida ocorre no auditório do Câmpus, acompanhada de pipoca, chimarrão, onde o público fica à vontade para sentir/ver o que será exibido. Leva-se em conta também a duração do filme, pois o tempo de exibição também interfere na qualidade das discussões, considerando que muitos dos participantes têm aulas no período noturno.

Após a exibição do filme promove-se a socialização do conteúdo da película, informações sobre o elenco, diretores e, em caso de adaptações, os autores dos originais, época, contextualizando a obra cinematográfica. É nesse momento que vêm à tona sentimentos, emoções, depoimentos, relatos, discussões, troca de opiniões que levam em consideração, além do conhecimento de mundo de cada um dos participantes, referenciais teóricos que nos remetem a análise do discurso, a análise de conteúdo, a filosofia, a história, a literatura, permitindo um trabalho interdisciplinar.

Além dos debates, é proposição do grupo que coordena o projeto, a elaboração de uma coletânea de artigos para publicação, cujos objetos de análises serão os filmes exibidos, partindo das discussões geradas durante os respectivos debates, que inevitavelmente, circundam e problematizam a concepção das personagens, sejam elas baseadas em fatos reais ou não, considerando os sentidos produzidos.

Mesmo quando baseadas em fatos reais, como no caso dos filmes Temple Grandin (2010) e Orações para Bobby (2009), não pudemos deixar de considerar que se tratava de personagens, com um “quê” de ficção, pois eram filtradas pela descrição de um roteirista, passando pelo mundo das palavras e se materializando no mundo

das imagens, guiadas pelo olhar de um diretor, construídas por atores e atrizes, cujo resultado final apresentado ao espectador teve a contribuição de diversos profissionais ligados a produção cinematográfica, tais como: diretores de luz, som e imagem, bem como cenógrafos e figurinistas. Essas personagens são criadas para representar pessoas, já como constatava Brait (1985), a partir dos dizeres de Ducrot e Todorov:

Uma leitura ingênua dos livros de ficção confunde personagens e pessoas. Chegaram mesmo a escrever “biografias” de personagens, explorando partes de sua vida ausente do livro (“o que fazia Hamlet durante seus anos de estudo?”). Esquece-se que o problema da personagem é antes de tudo linguístico, que não existe fora das palavras, que a personagem é um ser de papel”. Entretanto recusar toda a relação entre personagem e pessoa seria absurdo: as personagens representam pessoas, segundo modalidades próprias de ficção. (DUCROT & TODOROV *apud* BRAIT, 1985)

Dessa forma, não pudemos desconsiderar o caráter artístico e literário do cinema, trazendo a tona discussões a partir de estudos literários a respeito da personagem, bem como conceitos de autoria. Ao tempo em que em nossos debates, uma vez que falávamos em personagens que representavam pessoas, não se pode evitar discussões a respeito das posições sujeito ocupadas por essas personagens na sociedade, colocando em pauta suas formações discursivas e ideológicas. Como, por exemplo, no caso da personagem Bobby, de *Orações para Bobby* (2009), pois é evidente a forte influência que as instituições família e igreja exercem no destino da personagem, o discurso religioso e familiar, propagado principalmente pela mãe da personagem, o influencia de tal maneira a ponto de guiá-lo ao seu final trágico.

Reflexões como essa serão aprofundadas durante a produção dos artigos.

Através de debates realizados prevemos a produção de artigos relacionando os filmes exibidos com os temas debatidos após os mesmos. Sendo esses artigos sobre violência contra a mulher, homofobia, drogas, entre outros assuntos que foram abordados nas seções.

Sendo o Cine Diversidade um projeto de extensão, queremos cada vez mais aproximar a comunidade da Universidade, oferecendo a eles a oportunidade de escolher os filmes a serem exibidos e as temáticas a serem discutidas.

Pela análise que efetuamos até o momento e também proposta por Napolitano (2009) para o uso de filmes em sala de aula, foi possível constatar que qualquer disciplina/projeto pode utilizar a sétima arte como um instrumento didático-pedagógico; seja como texto gerador de debate, como documento representativo de sua produção histórica pautado em valores e ideologias determinadas por um contexto social, seja, como um produto cultural, estético, de valorização da Arte. Todo filme, seja um documentário ou uma ficção, é resultado de decisões e indagações contextuais de seus idealizadores; assim, é um objeto que resulta de uma produção cultural coletiva e, como tal é passível de observação e questionamentos.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da leitura e análise de imagens e de ferramentas utilizadas pelo cinema, o trabalho com essa linguagem, entre outros aspectos, contribui para o desenvolvimento da compreensão crítica do mundo e das novas tecnologias, tendo em vista os benefícios que proporciona à formação do aluno. A cada exibição cinematográfica, novos olhares, sensações e experiências se renovam e se fortalecem e ainda podem gerar reflexões que se prolongam por toda a vida. Os universos reais e fictícios projetados na tela simulam contextos e cenários que retratam valores individuais e coletivos, que poderão ser discutidos e ampliados por meio do debate com a comunidade escolar.

Com sua expressiva versatilidade, a linguagem cinematográfica compreende, além de um corpo de conhecimento notável, mecanismo de interfaces com outras linguagens, dialogando com várias expressões: o teatro, a dança, a música e as artes visuais. Assim, justificou-se a execução do projeto de extensão aqui exposto, que no período de dezoito meses conseguiu promover um diálogo profícuo com acadêmicos, com a comunidade em que está inserida a Universidade e possibilitou discussões sobre temas como: a diversidade social, racial, étnica, sexual, cultural, educacional, a cultura africana, afrodescendente e inclusiva.

## REFERÊNCIAS

BRAIT, B. **A Personagem**. São Paulo: Ática, 1985.

NAPOLITANO, M. **Como usar o cinema na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2009.

TREVIZAN, Z.; CREPALDI, L. **Linguagem visual e educação: a arte de ensinar**. In: GEBRAN, R. A. (org.) *Ação docente no cotidiano da sala de aula: práticas e alternativas pedagógicas*. São Paulo: Arte & Ciência, 2009. Cap. 8, p. 167 – 86.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-095-7



9 788572 470957